

"Temos as melhores taxas de mercado"

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

"O Brasil mostrou que é um parceiro que conversa de igual para igual." Deste modo, o presidente do Banco Central (BC), Fernando Bracher, anunciou ontem formalmente os termos finais da negociação desenvolvida em Nova York, entre o comitê assessor da dívida externa e representantes do Banco Central, que se arrastou por 29 dias.

De todos os pontos colocados na mesa, Bracher destacou como o mais importante a redução conseguida nas taxas de risco — "spread". "Estamos com as melhores taxas de mercado." O Brasil conseguiu reduzir de 2% sobre a taxa praticada no interbancário de Londres (Libor) para 1,125% o "spread" que recaía sobre os empréstimos tomados pelo setor público; de 2,375 para 1,25% a taxa que incidia sobre os empréstimos destinados ao setor público e para este mesmo nível foi trazido o "spread" cobrado pelos repasses através da operação 63 (era de 2,125% na Fase II).

O presidente do BC deixou claro, no entanto, que estas alterações são válidas para os depósitos no Banco Central referentes às amortizações vencidas em 1985 (total de US\$ 6,1 bilhões) e, ainda, para o principal da dívida que vence neste ano (total de US\$ 9,5 bilhões). O impacto destas reduções, somado à eliminação da taxa fixa e, ainda, à substituição da "prime rate" — taxa preferencial norte-americana — pela Libor de todos os empréstimos que vierem a ser feitos com os recursos da amortização de 1985, centralizada no Banco Central, está cal-

culado em cerca de US\$ 170 milhões.

"É muito difícil dimensionar agora o ganho que teremos, mas acredito que fique até ligeiramente superior a este valor", acrescentou o presidente do Banco Central. Conforme havia sido anteriormente combinado com os bancos, estas vantagens retroagem a 18 de janeiro deste ano. Mas só serão efetivadas por volta de junho, quando todos os bancos envolvidos subcrevem os novos termos.

Outros pontos que foram fechados no recente entendimento com os banqueiros, são os seguintes:

- Curto prazo — As linhas de curto prazo, crédito de comercialização e interbancário, estão com compromissos assegurados, por parte dos credores, até o dia 15 de março do ano que vem. Até lá, US\$ 600 milhões de depósitos interbancários em agências de bancos brasileiros no exterior serão transferidos para operações de crédito de comercialização, na medida em que forem vencendo. Deste modo, será reduzido o montante comprometido no interbancário (atualmente, de US\$ 5,4 bilhões) e acrescido, no mesmo valor, às linhas destinadas à comercialização — importações e exportações — hoje, de US\$ 10 bilhões.

- Reempréstimo interno — Ficou acertado que as amortizações internalizadas no Banco Central, referentes a 1985, serão reempréstadas livremente no decorrer deste ano ao setor privado, sujeitas apenas à fixação de tetos mensais, a serem estabelecidos de acordo com o comportamento da política monetária. Ao setor público, só será permitida a prática do

reempréstimo para os mutuários que pagaram as dívidas externas vencidas no ano passado.

- Foro jurídico — Para contornar o impasse surgido nas discussões em torno do foro jurídico, a saída encontrada foi a de que não haverá um novo contrato a ser assinado desta vez. Com a inclusão de adendos que discriminam as novas cláusulas, optou-se pela prorrogação do contrato da fase II da renegociação da dívida externa.

- Condições — Foram mantidas para o pagamento do principal vencido no ano passado as condições que haviam sido negociadas ainda em janeiro: sete anos de prazo e cinco anos de carência. Para o principal que vence neste ano não haverá reempréstimo interno, e as condições de pagamento serão negociadas no âmbito de um acordo mais amplo, de reescalonamento plurianual, que abranja um período maior para consolidação da dívida.

O presidente do Banco Central informou ontem que espera retomar o processo de negociação com a comunidade bancária internacional no fim deste ano. Até lá, no entanto, terá de acertar as condições de pagamento da dívida, tomada com aval de governo e de agências governamentais, no âmbito do Clube de Paris.

Um primeiro contato já foi feito, mas Bracher não sabe dizer quando o processo será reaberto formalmente.

"Temos com os bancos privados apenas o compromisso de não dar ao Clube de Paris condições melhores além daquilo que damos aos bancos, mas nada nos impede de receber do Clube de Paris melhores condições do que os bancos nos deram", respondeu o presidente do BC, ao ser indagado se o Brasil pretendia reescalonar o principal e os juros da dívida tomada junto a governos — e vencida no ano passado — também pelo prazo de sete anos, com cinco de carência.

Apesar do interesse dos banqueiros, o Brasil não incluiu nesta negociação nenhum entendimento a respeito da conversão do empréstimo em investimento. Continuam valendo, portanto, as mesmas regras contidas na Circular nº 1.125, baixada em 1984, e que limita a prática da negociação dos contratos da dívida entre bancos e empresas multinacionais. Bracher frisou também que o Brasil não fez nenhum tipo de concessão especial para os credores externos que repassaram empréstimos para os bancos Auxiliar, Maisonnave e Comind via Resolução 63. "Mantemos nossa decisão de tratá-los da mesma maneira como são tratados os credores internos."

A questão do foro jurídico, que acabou tomando boa parte do tempo das discussões, voltará a ser discutida quando forem reabertas as discussões com vistas ao reescalonamento plurianual da dívida externa.